



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES – IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES**

THAYNÁ MUNIZ DA SILVA ARAÚJO

**O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: GOLPE OU JUSTIÇA? UMA
ANÁLISE METODOLÓGICA A RESPEITO DOS PARÂMETROS POLÍTICOS E
SOCIAIS DO SEGUNDO MANDATO DILMA.**

**REDENÇÃO – CE
2021**

THAYNÁ MUNIZ DA SILVA ARAÚJO

**O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: GOLPE OU JUSTIÇA? UMA
ANÁLISE METODOLÓGICA A RESPEITO DOS PARÂMETROS POLÍTICOS E
SOCIAIS DO SEGUNDO MANDATO DILMA.**

Projeto de pesquisa apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Humanidades.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho.

REDENÇÃO – CE

2021

THAYNÁ MUNIZ DA SILVA ARAÚJO

**O IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: GOLPE OU JUSTIÇA? UMA
ANÁLISE METODOLÓGICA A RESPEITO DOS PARÂMETROS POLÍTICOS E
SOCIAIS DO SEGUNDO MANDATO DILMA**

Projeto de pesquisa apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Humanidades.

Aprovada em: ____ de abril de 2021

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sebastião André de Lima Filho – IH/UNILAB (Orientador)

Prof.^a Dr.^a Joceny de Deus Pinheiro – IH/UNILAB

Prof. Dr. Carlos Kleber Saraiva de Sousa - CH/UFC

REDENÇÃO – CE
2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	05
2. JUSTIFICATIVA	07
3. OBJETIVOS	08
3. 1. OBJETIVO GERAL	08
3. 2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	08
4. REFERENCIAL TEÓRICO	09
4. 1. O QUE É O PROCESSO DE IMPEACHMENT E QUAL O TRÂMITE NO CONGRESSO	09
4. 2. O PERÍODO PRÉ E PÓS ELEIÇÕES DE 2014 E AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS	12
5. METODOLOGIA	15
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	17

1. INTRODUÇÃO

O estudo a seguir tem por objetivo analisar os parâmetros políticos e sociais que se encontrava o Brasil de 2014, 2015 e 2016, visando entender o congresso nacional e as manifestações sociais destes períodos. O âmbito político brasileiro passa por fragilidades e instabilidades antes mesmo da instalação da república e do presidencialismo no país. Ainda na época colonial, Dom Pedro I se desloca para Portugal para assumir o trono e deixa o país nas mãos de um regente, já que seu filho, Dom Pedro II, ainda não tinha atingido a maior idade. Já no reinado de Dom Pedro II, o império sofre um golpe liderado por Marechal Deodoro da Fonseca e se instala no país o regime republicano, Marechal Deodoro, sem experiência com a política e pouco familiarizado com o novo regime renúncia e deixa o comando do país nas mãos de Floriano Peixoto, um militar e político brasileiro.

Entre os anos 1930 e 1964 o país passa por grandes momentos de efervescências políticas, passando da chamada República Oligárquica até o Estado Novo e claro, até a ditadura militar. No livro *Ditadura à brasileira*, Marco Antonio Villa faz um resumo da instabilidade política neste período, dizendo:

“E nesses momentos não faltou turbulência política. Houve a Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista de 1932, a Rebelião Comunista de 1935, o golpe do Estado Novo em 1937, o (fracassado) golpe integralista de 1938, a queda da Ditadura varguista em 1945. [...] A redemocratização de 1945 não resolveu o problema da instabilidade política” (VILLA, 2016, p. 21).

Em abril de 1964 o presidente brasileiro João Goulart sofre um golpe militar e no dia 15 de abril do mesmo ano Castello Branco assume a presidência do país com um discurso voltado para a defesa da democracia e honra à constituição. A ditadura brasileira acabou durando 21 anos, de 1964 a 1985.

Após o fim da ditadura militar, o primeiro presidente eleito pelo povo brasileiro desde 1960, Fernando Collor de Melo, é acusado em uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no congresso nacional após dois anos de governo, o até então presidente da república renúncia ao cargo em 1992 para evitar o processo de impeachment e seu afastamento por meio dele.

A história da política brasileira é permeada de constituições, instabilidades e golpes. Em 2013 surge uma onda de protestos em todo o país, o principal motivo estava relacionado aos gastos com a copa do mundo de 2014. Grande parte da população brasileira ficou insatisfeita com os gastos na produção do evento e clamavam por políticas sociais de qualidade. A esquerda não esperava essa onda de protestos que assolava o mandato da presidente Dilma Rousseff, a direita brasileira não perdeu tempo e se colocou como a principal aliada da luta contra a corrupção.

Durante as eleições, a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) disputou a reeleição nas eleições presidenciais de 2014, vencendo a disputa no segundo turno (26/10/2014) contra o tucano Aécio Neves (PMDB). A petista obteve um total de 54.501.118 votos, ou seja, 51,64% das urnas, enquanto o seu adversário obteve 51.041.155 votos (48,36%). (DADOS: EXAME 17 DE DEZEMBRO DE 2015).

Em março de 2014 tem início a operação Lava Jato, liderada pelo até então juiz Sergio Moro, ex-ministro da justiça (2018-2020) do governo Bolsonaro. A operação tinha como principal causa a investigação de corrupção nos governos brasileiros, a partir disso, os governos Lula e Dilma são denunciados acusados de ter montado um esquema de corrupção no país. Em seu artigo titulado de *“Do ‘impeachment’ de Dilma à prisão de Lula: o golpe continua”*, Ivo Lesbaupin afirma que “as eleições presidenciais de 2014 são muito polarizadas. As denúncias da Lava Jato são usadas na campanha. Cresce um clima de ódio, tanto de um lado como de outro”. Ivo ainda fala da desmoralização da presidente eleita por parte da direita brasileira por não ter aceitado o resultado das eleições.

O Brasil sempre se encontrou como centro de controversas e desavenças políticas, cenário de muitos conflitos políticos, seja na chamada república velha, durante o regime militar, e claro, nas manifestações de 2015/16, o país tem um histórico considerável quando o assunto é instabilidade política e impedimentos de governos, porém, esses impedimentos estão cada vez mais sutis, não se espera hoje que um golpe de estado tenha, necessariamente, como figuras principais, militares, censura escancarada e tanques nas ruas.

Resta salientar que a pesquisa que será realizada tem com finalidade compreender se o impedimento de Dilma foi um ato democrático e justo utilizado para depor um chefe de estado que cometeu crime de responsabilidade ou se trata de um golpe parlamentar muito bem articulado. Para isso é de extrema importância

entendermos o que é e como se dá um processo de impeachment e quais crimes a Presidente (neste caso específico, pois o processo serve para todas as pessoas que exerçam cargos públicos em posição de chefia) cometeu para que fosse acatado um denuncia de improbidade administrativa e por conseguinte aberto um processo de impeachment de seu mandato e quais manobras foram utilizadas para criar um ambiente favorável para a deposição da ex-presidente.

2. JUSTIFICATIVA

O objetivo deste projeto de pesquisa surge da necessidade de pesquisar e entender o âmbito político e social do Brasil nos anos de 2013 a 2016, para que possamos compreender o desenrolar da política brasileira no presente. Hoje podemos perceber diversas reviravoltas nos parâmetros políticos, sociais e também jurídicos no país. É importante compreendermos a primeira deposição de uma presidente através do processo de impeachment, tendo em vista que o ex-presidente Collor de Melo renunciou ao cargo antes do fim do processo, para garantir os seus direitos políticos, Dilma Rousseff por sua vez não renunciou ao cargo, e seu 2º mandato teve fim apenas com o resultado do processo.

Ainda hoje vivemos em uma infinita crise política, que se acentuou em 2018 quando, novamente, o discurso de fraude nas eleições e pedidos para volta do voto impresso vieram à tona, sem nenhum embasamento teórico, se algum dia já vivemos na Era da informação, hoje, vivemos na Era da desinformação, não mais ocasionada pela dificuldade da propagação de notícias, mas sim pela grande facilidade, o que é positivo em certo ponto, pois dessa forma mais camadas da população brasileira tem acesso à notícia de forma prática e rápida e negativo em outro, já que com a facilidade da propagação de notícias no século tecnológico acarretou para uma maior disseminação de notícias falsas (*FAKE NEWS*), o questionamento é que notícia chega até a população brasileira.

A grande mídia brasileira teve papel significativo no processo de impeachment, é a partir da propagação de notícias que são organizados os movimentos sociais, neste caso, tanto os pró impeachment quanto os contra, desde as manifestações que se iniciaram em 2013 e com o início da operação lava-jato nunca se falou tanto sobre política no Brasil, o que antes era assunto restritamente acadêmico hoje tomou conta de todos os espaços, discursos como “política e futebol não se discutem”, hoje, porém,

se discute e muito o desenrolar da política brasileira, e neste quesito não afirmo que todas as discussões possuem embasamento teórico ou profundidade em determinados assuntos, mas há uma maior busca pelo contexto político do país. O que é preocupante é que muitas das discussões são permeadas por discursos embasados em *fake news*, e que muitas vezes é necessário dizer e defender o óbvio, estudar o contexto político brasileiro é importante pois estamos passando por um momento difícil na história, os discursos propagados e aceitos por boa parte da população são preocupantes, estudar a política e a história é importante para que possamos compreender algo que queiramos nos livrar, que é a ameaça à democracia brasileira, essa, que já é tão frágil e instável, é momento de defesa por algo que já foi tão árduo de se conquistar, é momento de defesa do Estado Democrático de Direito.

3. OBJETIVOS

3. 1. OBJETIVO GERAL

Analisar o contexto político e social do Brasil em relação ao impeachment de Dilma Rousseff

3. 2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Compreender como se dá o trâmite do processo de impeachment no congresso nacional brasileiro;

Verificar de que forma as parcelas de manifestantes pró-impeachment impulsionaram o desfecho do processo;

Analisar os parâmetros políticos e sociais que culminaram na deposição da ex-presidente Dilma.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

4. 1. O QUE É O PROCESSO DE IMPEACHMENT E QUAL O TRÂMITE NO CONGRESSO

Impeachment é uma palavra inglesa que significa impedimento, ou seja, resumidamente, o processo de impeachment é o curso que se dá para a destituição de alguém que ocupa um cargo público do poder que exerce até então.

O processo de impeachment é tanto jurídico quanto político, Ciro Gomes, que é professor de Direito afirma que “é um processo político, pois levado a cabo pelo Congresso Nacional, mas que não pode prescindir o elemento jurídico e legal: a comprovação do crime doloso de responsabilidade” (GOMES, 2020, p.71), e toda e qualquer pessoa que exerça função de chefia (presidente, governadores, prefeitos etc.) no poder executivo pode sofrer tal impedimento, e não apenas o presidente da república, que ocupa o cargo de chefe de estado em nossa república federativa. No ordenamento jurídico brasileiro, especificadamente a Constituição Federal de 1988 (CF/88), atribui-se como causa para uma possível abertura de um processo de impeachment os crimes de responsabilidade, o que está disposto no art. 85 da CF e art. 4º ao 12º da lei 1.079/50.

Art. 85. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I - a existência da União;

II - o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação;

III - o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV - a segurança interna do País;

V - a probidade na administração;

VI - a lei orçamentária;

VII - o cumprimento das leis e das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

A denúncia que fundamenta o pedido de impeachment pode ser feita por qualquer pessoa, contando que esta junte na denúncia provas que comprovem o crime cometido pela pessoa acusada, só assim deverá ser entregue na Câmara dos Deputados. Cabe salientar que o pedido de impeachment não se restringe apenas ao presidente da república, mas a todos que exerçam função pública em cargo de chefia, um exemplo disto, é que o governador do Estado do Rio de Janeiro, Wilson Witzel eleito em 2018, foi deposto do cargo de governador devido ao processo de impeachment julgado no Tribunal Especial Misto.

No congresso nacional, o processo de impeachment se desenrola da seguinte maneira:

- A câmara dos deputados deve receber uma denúncia de qualquer cidadão conforme crimes contidos no art. 85 da CF e da lei 1.079/50;
- O presidente da câmara dos deputados decide se acolhe a denúncia ou não;
- Se acolher, apresenta a denúncia em sessão no plenário da câmara dos deputados;
- É formada uma comissão especial eleita, composta por 65 membros, para analisar o pedido de impeachment;
- Em até 48h, a comissão deve eleger o seu presidente e relator;
- A comissão terá um prazo de 10 dias para emitir um parecer se a denúncia deve ser julgada ou não objeto de deliberação;
- O parecer é apresentado na câmara dos deputados para discussão;
- Após a discussão a respeito do parecer, a denúncia será arquivada se entender que não é objeto de deliberação, caso contrário, a denúncia será encaminhada para o denunciado para que apresente defesa em até 20 dias;
- Apresentação do denunciante e denunciado, ambos apresentando suas argumentações;
- Novo parecer da comissão especial sobre a continuidade ou não da denúncia;
- Ocorre nova discussão na câmara dos deputados sobre a procedência ou não da denúncia;

- Ocorre a votação na Câmara dos deputados, se a denúncia for aprovada pela câmara (2/3 dos deputados devem votar a favor), será decretada a acusação pela Câmara dos Deputados.

O papel da câmara dos deputados é um papel de triagem, pois não é está casa quem julga o processo, mas sim o Senado Federal, a Câmara decide se a acusação será decretada ou não, para só aí ser encaminhada para o Senado, onde ocorre o julgamento de fato. No Senado Federal o processo passa agora a ser conduzido pelo presidente do senado, que agirá da seguinte forma:

- Há novamente comissão eleita, agora com 21 membros titulares e 21 membros suplentes. Será eleito presidente e relator da comissão em até 48h;
- A comissão vota pela admissibilidade do processo ou não, e depois apresenta no senado federal;
- O senado vota novamente se admite que seja julgado o processo ou não, por maioria simples (50% + 1), no caso do Senado 41 senadores deverão votar a favor.
- Se aprovado a admissibilidade do processo, dá-se início de fato ao julgamento, e o acusado é afastado do cargo temporariamente por até 180 dias, e o vice assume interinamente;
- Ocorre a apresentação da defesa e da acusação;
- Comissão especial emite novo parecer;
- Ocorre a 2ª votação no senado, para decidir se o acusado irá ou não a julgamento;
- Se a votação for favorável, ocorre a 3ª votação no senado, a etapa de julgamento, etapa esta que é conduzida pelo presidente do Supremo Tribunal Federal.
- Se 2/3 dos senadores votarem favorável, ocorre a destituição do acusado do cargo que ocupava até então e as sanções competentes a crimes de responsabilidade.

4. 2. O PERÍODO PRÉ E PÓS ELEIÇÕES DE 2014 E AS MANIFESTAÇÕES SOCIAIS

A esquerda brasileira passou, e tem passado por uma fase de efervescência, o maior líder da esquerda no Brasil, o ex-presidente Lula, teve seu nome envolvido em diversos escândalos de corrupção nos últimos tempos, inclusive os dois mais famosos, mensalão¹ e lava-jato², e isso acarretou a uma fragilidade da esquerda, Wanderley Guilherme dos Santos, explica em seu livro *“A democracia impedida: o Brasil do século XXI”*, o descrédito que a esquerda, em especial o partido dos trabalhadores vem sofrendo: “A popularidade de Dilma desabou, ainda lá em 2013, para não mais se recuperar. O governo ingressava no fluxo de desmoralização e descrédito a que estavam submetidos os governos em todos os países, seqüela da crise econômica iniciada em 2008” (SANTOS, 2017, p. 45), o que a direita tomou como impulso para se posicionar como “salvadores da pátria” e “detentores da moral e dos bons costumes”, logo, os únicos capazes de “concertar o Brasil”, o ex-ministro Ciro Gomes argumenta em seu livro *“Projeto Nacional: O dever da esperança”*, que a esquerda brasileira vive em uma profunda crise, o que o poder foi perdido para a direita, que segundo ele seria uma direita tosca.

“Afirmar-se de esquerda no Brasil hoje se tornou um ônus eleitoral. A verdade doída é que a direita conseguiu imputar à esquerda brasileira uma série de estereótipos negativos, como os de que ser de esquerda é praticar assistencialismo e alimentar bancos, roubar e deixar roubar, parasitar o Estado, destruir a religiosidade e a cultura conservadora brasileira” (GOMES, 2020, p. 2020).

Não podemos argumentar de desestruturação do PT sem antes citar o caso do Mensalão, que mesmo após 16 anos acarreta danos irreversíveis ao partido dos trabalhadores, segundo o INSPER “[...] dirigentes da sigla e analistas concordam: as

1 “Esquema de corrupção organizado pelo PT por meio de pagamentos de mesadas para corromper parlamentares e garantir apoio ao governo Lula no congresso em 2003 e 2004, logo após a chegada do partido ao poder.” *Jornal Folha de São Paulo*, fev 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fofha-100-anos/2020/02/entrevista-de-roberto-jefferson-a-fofha-revelou-o-esquema-do-mensalao.shtml>

2 “Deflagrada em 17 de março de 2014 pela Polícia Federal (PF) investiga um esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo a Petrobras.” *Jornal O globo*, abril 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/entenda-operacao-lava-jato-da-policia-federal.html>

agruras do PT em meio à crise política do governo Dilma e à Operação Lava-Jato têm como origem o escândalo do mensalão.” O projeto de poder do PT não foi findado com o escândalo do mensalão, pois garantiu ainda vitória em 3 eleições para presidente seguintes (2006 – 2º mandato Lula – 2010 – 1º mandato Dilma e 2014 – 2º mandato Dilma), mas todos passaram por turbilhão e escândalos envolvendo a sigla.

O período pré-eleições também foram períodos fervorosos, com manifestações de civis pedindo melhorias nas políticas sociais, milhares de pessoas foram as ruas protestar contra o aumento nas tarifas de passagens de ônibus, melhoria no sistema de saúde, fim da corrupção etc., em um período em que o país se preparava para receber a copa do mundo de 2014 e ocorria a copa das confederações. Para Jessé Souza, as manifestações de 2013 foram impulsionadas pela grande mídia e majoritariamente pela classe média brasileira, em seu livro *“A elite do atraso: da escravidão a Bolsonaro”* o autor expressa:

“A classe média brasileira, malgrado sua heterogeneidade, é denominada por ideias semelhantes, o que dificulta enormemente a construção de uma concepção alternativa e crítica da nossa sociedade. Foi isso que fez com que, quando a Rede Globo e a grande mídia conservadora chamaram seu público cativo – a fração protofascista da classe média – às ruas entre 2013 e 2016, quantidades significativas de pessoas de outras frações também reagissem ao apelo” (SOUZA, 2017, p. 192).

Dois movimentos pró-impeachment tiveram destaques entre as manifestações e na mídia brasileira, são estes o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua! (VPR), ambos os movimentos de cunho liberais, com discursos de anticorrupção, privatização, liberdade econômica e abertura comercial eram compartilhados por ambos os movimentos, algo que se tornou bem característico nas manifestações de 2014 até a deposição da presidente Dilma Rousseff. Gustavo Casasanta Firmino em seu artigo *“Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes”* resume perfeitamente o perfil dos dois principais grupos de manifestantes, para o autor os movimentos possuem princípios semelhantes e discorre:

“O VPR defende a eficiência e transparência dos gastos públicos, redução da carga tributária e da burocracia, liberdade econômica,

empreendedorismo e livre iniciativa (VEM PRA RUA, 2018). O MBL exige a privatização dos bancos nacionais, presídios e do transporte urbano, o fim da “função social” da propriedade privada (que não poderia ser, em nenhum sentido, relativizada), redução de impostos e ampla abertura comercial ao capital estrangeiro, nos mais diversos campos da economia (MOVIMENTOS BRASIL LIVRE, 2018) [...] Em suma, ambos os movimentos compartilham um discurso antipetista, de defesa do “livre mercado” e da concorrência capitalista”. (FIRMINO, 2018, p. 211)

O ano de 2013 foi um dos mais agitados do Brasil em relação a manifestações sociais, protestos e clamor popular, mas o sentimento de insatisfação de parte da sociedade brasileira não se restringiria apenas a este ano. No ano seguinte ocorreria as eleições gerais de 2014, Dilma Rousseff iria se candidatar novamente para o cargo de presidente, a polarização PT-PSDB não acabou com a derrota de José Serra em 2010, mas sim teve continuidade com a candidatura do peessedebista Aécio Neves também ao pleito, não foi novidade que os protagonistas da eleição em questão seriam entre os dois partidos arquirrivais PT-PSDB. Dado início ao período eleitoral, apenas 4 candidatos se consagram no primeiro turno com mais de 1% de votos, Dilma (PT) foi a mais votada, com 41,60% dos votos validos, seguida por Aécio Neves (PSDB) que obteve 33,60% dos votos, Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL) obtiveram 21,30% e 1,60%, respectivamente.

Logo a delação que deixaria a operação Lava-Jato em um dos assuntos mais comentados do país viria a tona, no final de 2014, poucos meses antes das eleições que ocorreriam neste ano, com a seguinte manchete da revista Veja: “Eles sabiam de tudo”, a frase estampada na capa da revista, com a foto do ex-presidente Lula e da até então atual presidente da república Dilma Rousseff, estaria ligada ao desmonte da Petrobras, Alberto Youssef fez uma delação premiada e afirmou que o ex-presidente Lula e a então presidente Dilma sabiam do escândalo de corrupção envolvendo o desmonte da Petrobrás. .

Mesmo após a divulgação dos escândalos de corrupção, a petista se consagrou em 1º lugar no segundo turno, vencendo o seu adversário Aécio Neves (PSDB) com um total de 51,60% dos votos validos, equivalente a 54.501.118 votos, enquanto Aécio obteve um total de 51.041.155 votos (48,36%). Após a vitória de Dilma para assumir o pleito por mais 4 anos, surge dentro das camadas oposicionistas ao governo, o

movimento de não aceitação dos resultados, Wanderley Guilherme dos Santos (2017) explica que é notória a decepção do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB):

“Na realidade, como é notória, a decepção do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e associados foi profunda e democraticamente letal. Conduzidos, desde o dia seguinte à apuração dos votos, pelo candidato presidencial derrotado Aécio Neves, eles percorrem o trajeto histórico dos antigos golpistas: primeiro acusaram os vitoriosos de fraude eleitoral, depois, de corrupção. Reprise da eleição de 1950, de Vargas, e da de JK em 1955. E bandeira gêmea do anticomunismo de 1964” (SANTOS, 2017, p. 45).

Porém, a presidente encontrou um congresso mais fragmentado em relação a 2010, o PSDB, principal partido opositor da presidente, garantiu 10 (dez) vagas a mais em relação a 2010, elegendo 54 Deputados Federais para o congresso, enquanto o PT seguiu sendo a maior bancada do congresso, entretanto, com 18 (dezoito) deputados a menos do que em 2010, a sigla iniciou o mandato com 70 (setenta) deputados, em 2010 contavam com 88 (oitenta e oito) cadeiras ocupadas, a BBC NEWS publicou em outubro de 2014 uma matéria intitulada: “Brasil elege congresso mais ‘fragmentado’”, e continua, “Apesar disso, PMDB e PT estão entre os três partidos que mais perderam vagas nas urnas nesta eleição.’, podemos observar a descredibilidade que a população começou a ter no partido desde então.

5. METODOLOGIA

Para a produção da pesquisa utilizarei do método explicativo, já que o objetivo principal é o de compreender quais fatores políticos e sociais trabalharam para gerar, por conseguinte, o impeachment de Dilma Rousseff, o principal objetivo desse tipo de pesquisa é “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2002), dessa forma, o método explicativo se torna essencial para a construção do presente estudo.

A abordagem que será feita no trabalho é a qualitativa, pois a partir dessa abordagem é possível interpretar os dados coletados, que Creswell (2007 *apud* WOLCOTT, 1994) expressa que a pesquisa de abordagem qualitativa inclui um:

“desenvolvimento da descrição de uma pessoa ou de um cenário, análise de dados para identificar temas ou categorias e, finalmente, fazer uma interpretação ou tirar conclusões sobre seu significado, pessoal e teoricamente, mencionando as lições aprendidas e oferecendo mais perguntas a serem feitas” (CRESWELL, 2007, vc p.186, *apud* WOLCOTT, 1994).

A técnica que será utilizada para a realização deste trabalho é a pesquisa bibliográfica, pois será a partir de livros, notícias e periódicos que será possível estudar os parâmetros da sociedade brasileira no que se refere ao processo de impeachment ocorrido em 2016 e as manifestações sociais que antecederam a este momento. A pesquisa bibliográfica nos permite explorar materiais já publicados e construir análises a partir dessa revisão bibliográfica, assim, as pesquisas bibliográficas podem ser definidas de acordo com Gil (2002) como:

“A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas” (GIL, 2002, p. 44).

A pesquisa bibliográfica nos permite uma variedade de materiais para serem analisados, que vão desde jornais, revistas, livros etc, a principal finalidade deste tipo de pesquisa é permitir que o pesquisador possua contato sobre todo tipo de material publicado sobre o assunto a ser estudado, dessa forma, “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sobre novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 183).

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <<https://cutt.ly/hcrc356>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

BRASIL, Lei 1.079 de 10 de abril de 1950. **Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1950. Disponível em: <<https://cutt.ly/8crvy7l>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2 ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. 248 p.

FIRMINO, G. C.. **Classes médias e manifestações pró-impeachment na cidade de São Paulo: uma análise dos movimentos e manifestantes**. POLÍTICA & TRABALHO (UFPB. IMPRESSO), v. 2, p. 209-227, 2017.

GALLAS, Daniel. **Brasil elege Congresso mais 'fragmentado': veja vencedores e perdedores**. Londres: BBC Brasil em Londres, 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/Ccr2yCb>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. v. 1. 171p.

GOMES, Ciro Ferreira. **Projeto Nacional: o dever da esperança**. 1 ed. São Paulo: Editora LeYa, 2020. 274p.

MARCONI, M. A. ; LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo, SP: Editora Atlas, 2003. 311p.

PASSARINHO, Nathalia. **Eduardo Cunha abre processo de impeachment de Dilma**. Brasília: Portal G1, 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/ucrR54Y>>. Acesso em: 15 mar. 2021.

Portal da Câmara dos Deputados. **O processo de impeachment no Senado Federal**. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/7crw7aX>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

Portal G1. **Eleições 2014: apuração de votos para presidente**. 2014. Disponível em: <<https://cutt.ly/XcrmoBK>>. Acesso em: 12 mar. 2021.

Portal G1. **Manifestantes fazem maior protesto nacional contra o governo Dilma**. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/yYtVg>>. Acesso em: 16 mar. 2021.

Portal G1. **Política Processo de impeachment de Dilma**. 2016. Disponível em: <<https://cutt.ly/qcrlLJC>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Portal G1. **Manifestações contra Dilma ocorrem em todos os estados do Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://cutt.ly/kcrOEcl>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

Portal do Ministério Público Federal. **Entenda o caso Lava Jato**. 2019. Disponível em: <<https://cutt.ly/qcraSb>>. Acesso em: 22 mar. 2021.

Portal Politize!. Ebook: tudo sobre o impeachment de Dilma. Disponível em: <<https://cutt.ly/nceB3W4>>. Acesso em: 25 mar. 2021.

SANTOS, W. G.. **A democracia impedida: o Brasil no século XXI**. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2017. 187p.

SOUZA, Jessé. **A elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro**. 2 ed. São Paulo: Estação Brasil, 2018. 272p.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: Editora LeYa, 2014.